

EDITORIAL

É com grande satisfação que entregamos o primeiro volume relativo a 2018 da Revista Catarinense de Economia (RCE), compreendendo sete artigos. Os artigos presentes neste volume abordam temas diversos, e abarcam conteúdos de economia em diferentes esferas - tanto estadual, como regional e nacional. Assim como, os artigos expressam, através da posição funcional dos autores, vínculos institucionais múltiplos.

No primeiro artigo, “Urbanização e envelhecimento da população na perspectiva de agricultores familiares do sul do Brasil”, *Luiz Augusto Araújo* e de *Luiz Torezan* apresentam as perspectivas de agricultores familiares acerca das mudanças demográficas relacionadas à urbanização e ao crescimento populacional, concomitante ao envelhecimento da população. Em termos de procedimento metodológico, os autores recorrem à pesquisa qualitativa com uso do recurso de análise de conteúdo. Aplicam questionário e utilizam a técnica de grupo focal. Os resultados apontam preocupação dos agricultores - como ameaça -, em relação ao futuro a tendência do envelhecimento populacional no campo. E, manifestam em relação a urbanização, -como oportunidade - o aumento da demanda de alimentos, geração de políticas para o campo e crescimento do mercado de trabalho rural.

No segundo artigo, “O Pronaf como estratégia de desenvolvimento rural: o acesso aos recursos no estado de Santa Catarina”, *Juliano Luiz Fossá* analisa a distribuição de recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no período de 1996 a 2016. Recorre, para tanto, a dados que expressam número de contratos, volume de recursos, finalidade do crédito, distribuição regional entre outras variáveis. Os resultados revelam crescimento do volume de recursos; número de contratos sem oscilação significativa; maior parcela do uso de recursos para custeio, mas não desprezível uso para investimento, sobretudo a partir da criação da linha Pronaf Mais Alimentos; maior percentual dos recursos utilizados pelos agricultores da região Oeste, entre as principais conclusões.

No terceiro artigo, “Planejamento, desenvolvimento e os gastos do governo estadual com educação em Santa Catarina (1955-2010)”, *Liara Darabas Ronçani* realiza análise dos gastos públicos com esta pasta no curso de várias administrações públicas. Recorre, para tanto, a dados fornecidos pelos relatórios do Tribunal de Contas estadual, anuários estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e planos estaduais de governo, no propósito de apresentar os gastos por funções, subfunções, órgãos,

categorias e vínculos constitucionais. Em termos de resultados conclusivos, a autora demonstra que o Estado gastou parte não desprezível do seu orçamento com educação. Contudo, apesar desta constatação, os problemas educacionais e socioeconômicos não foram reduzidos de forma significativa ao longo do período analisado.

No quarto artigo, “Problemas ambientais decorrentes de estações de tratamento de esgoto (ETEs) em Santa Catarina”, *Francisco Gelinski Neto e Carmen Rosario O. G. Gelinski*, no propósito de demonstrar os problemas ambientais que afetam a sociedade, analisam as ações desenvolvidas por duas estações de tratamento de esgotos localizadas em Florianópolis e em Joinville. A primeira administrada pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento e a segunda pela Companhia Águas de Joinville. Recorrem a dados secundários e realizam entrevistas com moradores dos municípios citados. O estudo aponta resultados distintos no tratamento da poluição do ar decorrente de gases emitidos pelas ETEs. Enquanto, a primeira estação não tem conseguido mitigar os problemas ambientais decorrentes; e, a segunda mudou a forma de tratamento – aeróbico - e não tem mais gerado gases poluidores na localidade que atua.

No quinto capítulo, “Uma análise sobre a política industrial durante o governo Lula (2003-2010)”, *Guilherme Jorge Silva, Victor José Rocha de Lima e Adriano José Pereira* discutem aspectos relacionados as duas políticas industriais levadas a cabo neste período: Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) e a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP). A partir da análise dos documentos relacionados apontam os objetivos, as áreas priorizadas, as ações horizontais e verticais e os resultados alcançados. Concluem que a implementação da PITCE significa a retomada do Estado na promoção do desenvolvimento industrial e no reconhecimento da inovação como força para se alcançar nível produtivo elevado, tanto em quantidade quanto em qualidade. E, a PDP, fora marcada por pragmatismo da política empreendida a partir da definição de eixos estratégicos, mesmo em cenário de prioridade pela estabilidade econômica, em face da crise econômica presenciada.

No sexto artigo, “Expectativa dos agentes e os efeitos das políticas monetárias e fiscais críveis nos índices setoriais da bolsa de valores brasileira”, *Daniel Augusto de Souza, Adriano de Amarante, Fernando Pozzobon e Patrícia Felini* procuram demonstrar a importância da credibilidade da política econômica para a tomada de decisões dos agentes. Nesta perspectiva, avaliam a credibilidade das políticas monetárias e fiscais nas decisões dos agentes que atuam na bolsa de valores no Brasil. Para tanto, recorrem aos índices da Ibovespa – industrial, energia, consumo e financeiro. Utilizam análise

econométrica de cointegração e método do mecanismo de correção de erros. Os resultados apontam que as variáveis representativas de tais políticas não foram estatisticamente significativas, indicando que não existe uma associação linear com os indicadores apresentados. Mas, nas regressões entre retornos e credibilidade, os resultados apontam relevância dos efeitos da credibilidade da política monetária sobre as taxas de retornos dos índices.

E, por fim, no sétimo artigo, “Demanda residencial por energia elétrica no Brasil (2004-2015)”, *Victor Henrique de Oliveira, Ricardo de Souza Tavares e Luís Antônio Tavares* estimam o impacto de variações de renda e preço sobre a demanda residencial por energia elétrica no Brasil, no período compreendido de janeiro de 2004 a dezembro de 2015. Para tanto, recorrem a utilização de vetores autorregressivos e de testes de cointegração para análise das variáveis propostas. Os resultados apontam que, primeiro, o consumo é pouco sensível às variações na renda dos indivíduos; e, segundo, as variações positivas na tarifas dos serviços de eletricidades e nos preços dos eletrodomésticos impactam, de forma negativa, no consumo residencial de energia elétrica. Ressaltam a importância de estudos desta natureza para o exercício de políticas setoriais, que venham promover melhorias no bem estar das famílias.

Boa leitura a todos!!

Florianópolis, maio de 2019.

Silvio Antonio Ferraz Cario

Alcides Goularti Filho

Editores